

CRISTINA ROBALO CORDEIRO  
COORDENAÇÃO

# TOLOGIA

## FRANCOFONIAS EM DIÁLOGO

Dos anos 80  
à atualidade

iu

## QUERELAS E LEGITIMAÇÕES<sup>1</sup>

*Alain Viala*

Alain Viala (20 de novembro de 1947 – 30 de junho de 2021), historiador, sociólogo da Literatura e co-fundador do Groupe de Recherches interdisciplinaires sur l’Histoire du Littéraire (EHESS-Sorbonne Nouvelle-Paris III), vê a sua obra *Naissance de l’écrivain. Sociologie de la littérature à l’âge classique* (éditions de Minuit, 1985), versão abreviada da sua tese de Doutorado, orientada por Jacques Morel, *La Naissance des institutions de la vie littéraire en France (1643-1665)*, coroada, em 1986, pelo prémio especial da Société des Gens de Lettres. Inspirada pela sociologia de Pierre Bourdieu, esta obra lança o mote para a longa obra do professor emérito da Universidade de Oxford e da Universidade de Paris-Sorbonne, considerado hoje um dos grandes especialistas da Literatura e do Teatro do Classicismo francês, e, sobretudo, um dos grandes promotores da Sociologia da Literatura e da Recepção através, nomeadamente, da sua abordagem sociopoética e da sua teorização em torno da instituição de uma literatura legítima ao longo da história da literatura francesa. *Racine, la stratégie du caméléon* (1990), *Approches de la*

---

<sup>1</sup> VIALA, A. (2017). “Querelles et légitimations. Quand le spectre de la mort de la littérature hante les débats”. *Carnets: revue électronique d’études françaises*. II (9), pp. 6-21.

*réception* (co-autoria, 1993), *Le Théâtre en France des origines à nos jours* (1996), *Lettre à Rousseau sur l'intérêt littéraire* (2005), *L'Enseignement littéraire* (2005), *La France galante* (2008), *La Culture littéraire* (2009), *Le dictionnaire du littéraire* (co-autoria, 2010), *Moyen âge et Renaissance. Une brève histoire de la littérature française* (2014), *Histoire du théâtre* (2017), *La Galanterie, une mythologie française* (2019) são algumas das obras mais representativas do seu percurso crítico.

O excerto que aqui propomos é extraído do seu artigo publicado na *Carnets, revista eletrónica de Estudos Franceses*, resultado de uma conferência proferida na Universidade Nova de Lisboa a convite da Associação Portuguesa de Estudos Franceses (APEF), no seu Fórum anual (2015), em torno das questões do reconhecimento e da legitimidade literárias. Trazendo para o debate a questão da literatura legítima, Alain Viala destaca aqui três cenários possíveis: o cenário do valor reconhecido, o cenário de legitimação relativa e o cenário de relatividade absoluta.

Este excerto é também um gesto de homenagem de uma ex-estudante dos seus seminários de Sociologia da Literatura do início dos anos 90 nos bancos da Sorbonne.

Mas se nos interrogarmos sobre os contextos somos também levados a interrogarmo-nos, terceira reflexão, sobre as situações de conflito. Se voltar um pouco aos meus exemplos, aqueles de vós que conheciam o Abade Desfontaines talvez o conhecessem através do longo conflito que teve com Voltaire, e a sua querela com d'Olivet, ele próprio ligado a Voltaire, pode e deve ler-se também neste contexto. Poder-se-ia também fazer uma análise das cadeias de conflitos em que se desenrolou a querela dos programas no ano 2000, mas não me vou alongar. Voltando a esta sugestão, baseando-me em trabalhos como os do Grupo de Investigação em Sociologia Pragmática, as querelas sobre a legitimação cultural têm lugar e sentido em cadeias

de conflitos mais amplas, confrontos que incidem sobre questões que elas retraduzem à sua maneira, mas que as ultrapassam. É evidente que, em tais matérias, há efetivamente, em parte, conflitos de interesses muito práticos, todos eles materiais e simbólicos. Ao criarmos os clássicos, quem terá o prestígio e os benefícios da realização das edições? No ano 2000, vejam, por exemplo, no apelo de 4 de março, como os professores de línguas clássicas se preocupam com possíveis cancelamentos de aulas e de autores e diretores de certas coleções perante a diminuição das suas vendas e da sua audiência. Mas trata-se também de interesses de outra ordem. Interesses políticos como o prestígio da França, a identidade nacional ou ainda a reprodução social. Mas tudo isso se cristaliza em torno de outro tipo de interesse.

O que me parece merecer uma última reflexão. Vimos há pouco que o corpus canónico era sempre aparentemente consensual e nunca verdadeiramente definido. Por conseguinte, também nunca é definido o valor em que era suposto basear-se. Os seus valores possíveis de troca são expressos nos exercícios que origina. E os seus valores usuais? Paradoxo da legitimidade literária que reivindica como critério um valor superior, não podendo nunca dizer em que consiste. Questão simultaneamente nevrálgica e sem saída, sabemos-lo bem quando trabalhamos objetos culturais, portanto objetos que dependem de juízos de gosto e não de critérios que poderiam basear-se na prova científica do real, que não tem nem verdadeiro nem falso, mas verdades sempre relativas. E é esta forma relativa que o nosso tema nos convida a interrogar.

Poderíamos considerá-la aqui sob a forma de três cenários – ou *scenarii* se preferirmos, em nome do purismo.

O primeiro seria o do valor reconhecido. Consistiria em pensar que há objetos – aqui, textos – que têm um valor em si – mais ou menos elevado, suscetível de hierarquização –, mas um valor intrínseco, e que o processo de legitimação, mesmo com dificuldades, lentidões, e até injustiças, acaba por reconhecer e consagrar esse valor. Este

seria o fundamento do consenso omnium, esse momento em que a opinião comum faz justiça às qualidades de uma obra e do seu autor.

Mas vimos que o consenso era uma ilusão de ótica, por isso podemos considerar outro cenário que seria antes o da relatividade, e que se traduz no carácter ectoplásmico do corpus canónico. Haverá textos que têm um potencial de valor, e cada grupo ou cada força que intervém nos debates sobre a legitimidade coloca alguns deles em primeiro lugar, segundo os seus próprios interesses, e hierarquiza-os segundo as suas necessidades. Este seria o meio, por exemplo, para retomar dois nomes citados nas minhas querelas e que são os de dois autores que eu editei, por isso tomo essa liberdade, o que permitia a Desfontaines citar Pellisson ao lado de Racine, e que faz com que hoje Pellisson tenha desaparecido: questão de hierarquia que corresponde a um menor potencial de um em relação ao outro. Se guardamos assim Racine em vez de Pellisson, talvez seja porque a poesia raciniana oferece algo que não se encontra ao mesmo nível na poesia de Pellisson. Sim, mas não seria Pellisson mais útil para aprender a escrever em prosa? Arriscamo-nos a andar num círculo vicioso...

De modo que alguns textos oferecem espaços maiores do que outros onde se pode investir um interesse de leitura, para uma ou outra forma de prazer - o que merece ainda discussão, mas retenhamos a ideia sem a detalhar aqui - ou uma ou outra forma de curiosidade - idem - que depois vêm propor como objetos de reinvestimento. Mas os interesses de reinvestimento, como modelos de escrita ou como objeto de comentários identitários, não são nem equivalentes nem diretamente proporcionais aos interesses de leitura. Por outras palavras, estes textos apresentam-se como potenciais que as leituras ativam diversamente. Assim, a legitimidade residiria, em última instância, nos modos de leitura, como sugerem os exemplos de querelas que delineei - e afirmo, resumindo, que poderia tecer aqui um rol interminável.

À luz destas quatro reflexões, terminarei com um convite à reflexão sobre os cenários da legitimação. Pela minha parte, veria três. O primeiro seria o cenário da conquista de reconhecimento. Consiste em considerar que existem valores que merecem ser reconhecidos como legítimos – por exemplo, obras literárias que contêm em si mesmas uma beleza superior ou absoluta – e que esse reconhecimento é um processo lento e árduo, mas que leva a dar-lhes o que lhes é devido. Este cenário é o suposto fundamento do consenso omnium.

Mas vimos que esse consenso talvez fosse apenas uma aparência. Assim, podemos considerar um segundo cenário que seria o do corpus canónico ectoplásmico. Consistiria em considerar a cultura legítima como um reservatório onde forças e grupos diversos podem beber de formas diversas, de acordo com as suas necessidades próprias, que hierarquizam os conteúdos legitimados em função das suas necessidades e que as querelas são abrangidas por essas hierarquias e necessidades. Seria, por assim dizer, um cenário de legitimação relativa. Mas vimos que os jogos sobre o implícito no cânone literário eram de facto armas. Poderíamos, portanto, ir ainda um pouco mais longe. Aqueles que manejam esses implícitos exercem poder sobre aqueles que não gozam das mesmas conviências. Para além das suas querelas, traçam assim as fronteiras de um espaço de poder. Poderíamos inspirar-nos aqui na ideia de hegemonia segundo Gramsci. O que levaria a um terceiro cenário, que poderíamos chamar de relatividade absoluta: os debates sobre a literatura legítima revelam, de facto, espaços nos quais se confrontam forças sociais e políticas em que cada uma delas define a legitimidade cultural em função das suas necessidades sociopolíticas. Que, neste caso, não se limitam a ir beber a um reservatório, mas decidem o valor dos textos e das obras e, portanto, da própria existência do reservatório, segundo critérios inteiramente externos. Os autos de fé dos poderes totalitários, sejam eles políticos ou religiosos, tornam necessário levar em conta tal hipótese.

Entre estes três cenários, sem pronunciar a minha escolha por falta de espaço suficiente para legitimar mais um do que os outros, constato que não podemos evocá-los sem voltar à questão do valor, isto é, das formas de interesse. Reconhecer a legitimidade de certos objectos literários não é, de facto, indicar a importância de certas questões para as quais eles nos remetem? E sim – digo “e sim” porque me refiro aqui aos meus próprios ensaios de teoria (Viala, 2005, Viala, 2009) – a literatura era um cadinho que aquece os interesses de curiosidade e de prazer que, primeiramente aquecidos para servir desafios práticos, ideológicos e políticos, permanecem, em seguida, pela sua própria qualidade de comunicação diferida baseada nesses interesses, disponíveis para outros usos.

Assim, talvez, entre os cenários ou scénarii que estava a desenhar há pouco, fosse necessário tomar não um, nem três, mas sim dois de cada vez, e, neste caso, sem dúvida, os dois últimos.

**TRADUÇÃO E NOTA INTRODUTÓRIA DE**  
**ANA CLARA SANTOS**  
Universidade do Algarve